



**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, e havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Gostaria de registrar a ausência do deputado Coronel David, que está representando a Assembleia Legislativa na solenidade de abertura do 1º Encontro de Alinhamento do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais (CNCG), sediado na cidade de Bonito/MS. Conforme CI nº 013/2024. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. *“Ata da Trigésima Quarta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (Estado do Pantanal). Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta da Trigésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 10 a 14/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 102/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 245/2024, do Ministério da Saúde; Ofício nº 285/2024, do Ministério da Agricultura e Pecuária; Ofício nº 594/2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Ofício nº 465/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 4398 e 4.588/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 76 e 77/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados; Ofício nº 1.399/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Carta nº 1.166/2024, da Vivo Telefonía; Cartas nºs 355, 359, 366, 688, 730, 747, 927, 945, 976, 1.070 e 1.092/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Caravina, Pedro Kemp, Antonio Vaz, Paulo Corrêa, Zeca do PT, Renato Câmara, Mara Caseiro, Pedrossian Neto, João Henrique, Coronel David e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Zé Teixeira e Lucas de Lima. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra os deputados Caravina e Professor Rinaldo. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 12/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 66/2024, de autoria do deputado Renato Câmara. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 49/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 101/2023, de autoria do deputado Junior Mochi e outros. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições:*

requerimentos de moção de pesar, de autoria dos deputados Pedrossian Neto, João Henrique e Paulo Corrêa, endereçadas aos familiares de Waldir Daros; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Flávio Trevisan Simões; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares terceiro-sargento Izaque de Oliveira e ao cabo Everaldo Brizuela Fróes, em razão de uma boa ação realizada, quando pararam o trânsito para ajudar um idoso ao atravessar a avenida Ceará, em Campo Grande. Requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos policiais militares terceiro-sargento Fábio Oliveira Pinzan, cabo Henrique de Almeida Ramos e cabo Paulo Lobo Santos do Grupo Especializado Tático de Motos (Getam) do 3º Batalhão de Polícia Militar; terceiro-sargento Rodrigo Lopes Rodrigues e cabo Rodrigo Sarate Machado, do Rádio Patrulha do 3º Batalhão da Polícia Militar de Dourados, pelo resgate de uma criança de 10 meses que havia se afogado em uma residência em Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao senhor Ângelo Pacceli Cipriano Rabelo, coronel da PMMS e presidente do Instituto Homem Pantaneiro (IHP); requerimento de moção de congratulação, de autoria dos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp endereçada ao Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, pela liberação dos valores de US\$ 21,2 milhões, o equivalente a R\$ 108,6 milhões de recursos, totalizado R\$ 128 milhões considerando as contrapartidas do Focem (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul) para o estado de Mato Grosso do Sul, em obras de infraestrutura; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, pelo lançamento da 2ª edição do programa Baixar Impostos para Fazer Dar Certo, com a desoneração fiscal de 63 benefícios fiscais que diminuem impostos em setores da saúde, social, indústria, agronegócio, comércio e infraestrutura, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, pela liberação dos valores de US\$ 21,2 milhões, o equivalente a R\$ 108,6 milhões de recursos, totalizado R\$ 128 milhões considerando as contrapartidas do Focem (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul) para o estado de Mato Grosso do Sul, em obras de infraestrutura; requerimento de moção de congratulação, de autoria dos deputados Lidio Lopes e Coronel David, endereçada ao presidente Cel. Nelson Antonio e a toda a diretoria do Operário Futebol Clube, pela conquista do Campeonato Sul-Mato-Grossense de 2024, extensiva a todo o elenco; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao Procon/MS, na pessoa de seu secretário executivo de Orientação na Defesa do Consumidor, senhor Antonio José Angelo Motti; requerimento de informações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Coronel David, Mara Caseiro, Lia Nogueira, Zeca do PT e Paulo Duarte; indicações, de autoria dos deputados Coronel David, Renato Câmara, Caravina, João Henrique, Lia Nogueira, Junior Mochi, Lidio Lopes, Zé Teixeira, Lucas de Lima, Mara Caseiro, Neno Razuk, Pedro Kemp e Jamilson Name. O deputado João Henrique pediu vista do requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Pedro Kemp, Protocolo nº 1380/22024. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, sete de maio do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem a queira impugnar, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 8 de maio de 2024: Mensagem nº 15/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “altera a redação e acrescenta dispositivos às Leis nº 1.102, de 10 de outubro de 1990; nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999; nº 6.035, de 26 de dezembro de 2022, e nº 6.036, de 1º de janeiro de 2023, nos termos que especifica” (Prot. nº 1441/2024). Mensagem nº 16/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “autoriza o Poder Executivo estadual a instituir a Agência de Promoção de Investimentos em Mato Grosso do Sul (Investe MS) sob a modalidade de serviço social autônomo, na forma que especifica, e dá outras providências”. Mensagem nº 17/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “estabelece as condições gerais dos contratos, dos termos aditivos ou de instrumentos similares, firmados pelos beneficiários de imóveis originários ou incorporados por sucessão legal à Agehab/MS, e daqueles que tenham como objeto o retorno de investimento estadual dos empreendimentos realizados em parceria, para a aquisição do lote e/ou da unidade habitacional, e dá outras providências”. Mensagem nº 18/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “dispõe sobre a revisão geral anual do vencimento-base ou do subsídio e dos eventos constantes do anexo desta lei, que compõem a remuneração dos servidores e dos empregados públicos do estado de Mato Grosso do Sul” (Prot. nº 1445/2024). Ofício nº 1.889/2024, do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 577/2024). Ofício nº 199/2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 6980/2023). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Gostaria de registrar a presença de Nelsinho Dib, vereador da nossa querida Corumbá. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicano) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a pavimentação asfáltica da MS-170, no município de Aquidauana. A proposta atende a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar, através do senhor Wagner Romero, onde se alega que a ausência de pavimento asfáltico no referido trecho tem gerado graves problemas, sendo o mais evidente a constante emissão de poeira, problema que afeta significativamente a qualidade de vida dos moradores e a segurança viária da região. Nas proximidades das residências locais, a poeira levantada pela



passagem dos veículos tem se tornado um incômodo cotidiano. Tal situação acarreta consequências adversas para a saúde dos residentes, como problemas respiratórios e alérgicos. Indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao diretor-presidente da Agesul, solicitando os serviços de patrolamento e encascalhamento da MS-217, no município de Alcinópolis. Trata-se de uma solicitação que foi encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar através da senhora Daiane da Silva. Alega-se que a rodovia MS-217 desempenha papel fundamental na economia da região, servindo como meio de transporte para produtos da agricultura, da pecuária e da avicultura, além de permitir o acesso dos moradores aos mercados locais. No entanto, acrescenta-se, a situação atual da referida rodovia é crítica: a ação do tempo e o tráfego constante de veículos pesados causaram o surgimento de buracos, erosão e uma extrema irregularidade da superfície. Isso não apenas torna o tráfego perigoso, mas também prejudica a produtividade e a renda dos produtores rurais e dos moradores locais, que enfrentam dificuldades para transportar seus produtos e garantir sua comercialização. É o que tenho, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, deputada Mara, assistentes, público presente. Trago hoje no Pequeno Expediente duas indicações. A primeira a ser encaminhada ao governador Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Fazenda, senhor Flávio César Mendes de Oliveira, solicitando estudo de viabilidade no sentido de se promover alteração na Lei Estadual nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os tributos de competência do estado, a fim de incluir as operações com arma de fogo, munição, coletes balísticos e demais insumos nas regras de isenção de ICMS, ou mesmo na redução da alíquota para 12%, conforme contido no artigo 41, inciso I, da mencionada norma estadual, desde que destinadas aos agentes ativos e inativos da segurança pública, como policiais civis, policiais e bombeiros militares, policiais penais, guardas municipais e policiais federais e rodoviários federais com lotação no estado. É uma ação de competência do Executivo, que envolve imposto; isto já existe noutros estados: diminuição de alíquota, até isenção de alíquota, para facilitar... Porque os policiais comprem as armas para as utilizar no seu trabalho. É um instrumento de trabalho e nada mais justo que haver essa facilidade, com a diminuição desse ICMS. Lógico, estou encaminhado o pedido para o Executivo para que este faça o estudo de viabilidade do que pode ser feito — seria uma forma de facilitar a aquisição de armas aos policiais que utilizam essas armas como instrumento de trabalho. Os policiais fazem o trabalho de segurança, de respaldo da sociedade. Nada mais justo, repito, que haja essa isenção, até porque a gente sabe que o custo de uma arma, deputado Pedro Kemp, não é barato. Além da arma do estado, o policial tem a arma dele que o acompanha, ou que fica em casa, para a sua segurança, para utilizá-la em caso de necessidade, afinal o policial exerce sua profissão vinte e quatro horas por dia. Então, acho justo que se

faça um estudo nesse sentido, e estou encaminhando esse expediente ao secretário Flávio César para que ele possa promover esse estudo e, se possível, fazer esse projeto de lei, que é de iniciativa exclusiva do Executivo. A segunda indicação vai também para o governador Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor de Suporte e Manutenção Viária da Agesul, senhor Francisco de Assis Cassundé Ferreira, solicitando com urgência os serviços de roçagem das margens da MS-395, especificamente no trevo de acesso ao distrito de Vila Quebracho, dado que a vegetação alta prejudica significativamente a visibilidade dos motoristas que por ali transitam diariamente, aumentando consideravelmente o risco de acidentes. Esse pedido nos veio das lideranças de Anaurilândia, lá do distrito de Quebracho. De fato, deputado Renato Câmara, quem transita ali pela região de Dourados, no Vale do Ivinhema, sabe que estamos com uma dificuldade muito grande devido à falta de manutenção das estradas estaduais. Além da recuperação do pavimento, há também a questão do crescimento do mato às margens da rodovia, o que vem gerando acidentes e transtornos aos usuários. Fiz essa indicação especificamente quanto à MS-395, mas daria par estender o pedido a toda a malha viária do estado, porque estamos vendo que precisamos de um maior empenho na manutenção, na roçada das rodovias estaduais. Senhor presidente, por hoje era só no Pequeno Expediente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, membros da Mesa. Senhor presidente, indico à Mesa, que seja enviado expediente deste Poder à ministra de estado dos Povos Indígenas, senhora Sônia Guajajara Silva Santos, com cópias à presidente da Funai, senhora Joênia Batista de Carvalho, bem como ao secretário executivo do Ministério dos Povos Indígenas, senhor Luiz Eloy Terena, solicitando com urgência, deputado Pedro Kemp, a apuração sobre denúncia feita por lideranças da aldeia de terra indígena Kadiwéu, do município de Porto Murtinho. Segue anexa a denúncia da invasão das terras (já demarcadas para o povo Kadiwéu) por parte de fazendeiros da região. Em caso de confirmação da referida denúncia, que sejam tomadas providências urgentes para a retomada das terras demarcadas. Recebi essa denúncia, senhor presidente, senhores deputados, semana passada quando passei dois dias lá andando pelas terras do povo kadiwéu. É muito séria a questão, a ocupação de terras indígenas por parte do fazendeiro branco. Indicação. Indico à Mesa que seja expedido expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Willeman de Souza, bem como ao secretário executivo de Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, senhor Humberto Melo Pereira, solicitando a viabilização de climatizadores e sistema de irrigação para as dez estufas mantidas pela cooperativa Copaolga, localizada no assentamento Santa Olga, no município de Nova Andradina. Indicação. Indico à Mesa que seja enviado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro

Azambuja Rondon, solicitando com urgência: 1) a realização de obras de recapeamento da pista da MS-475, no trecho compreendido entre o perímetro urbano do município de Novo Horizonte do Sul e a intersecção com a MS-141, no município de Ivinhema; e 2) a viabilização de projeto técnico para a implantação de faixas de aceleração e desaceleração na rodovia MS-134, no trecho compreendido entre o perímetro urbano do município de Nova Andradina e o distrito Nova Casa Verde, principalmente nos pontos de acesso ao assentamento Teijin. É isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Continuamos ainda no Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, demais colegas, quem nos acompanha pela Rádio e TV ALEMS, senhoras e senhores. Tenho duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Fazenda, senhor Flávio César Mendes de Oliveira, solicitando estudos para a implantação do programa de recuperação (Refis) e/ou Programa de Transação Tributária. Já faz alguns anos que o estado de Mato Grosso do Sul não cria uma lei prevendo formas excepcionais de pagamento de débitos junto à Fazenda Pública Estadual. A título de exemplo, a União, em suas recentes normas que dispõem sobre transações tributárias, possibilita, de acordo com a capacidade de pagamento de cada empresa, o parcelamento em até 120 e 140 vezes, com descontos de até 65% na multa, juros e honorários advocatícios. De igual modo, o estado de São Paulo, por meio da Lei nº 17.843, de 7 de novembro de 2023, instituiu a sua transação tributária, possibilitando o parcelamento em até 145 vezes e descontos de até 70%. Posto isso, faz-se necessária a criação de um programa de recuperação fiscal (Refis) e/ou transação tributária estadual, incluindo tanto o regime geral de tributação quanto o regime do Simples Nacional. Desta forma, requer que seja aprovada a indicação. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando estudos para a aquisição de bebedouros e material esportivo, bem como para a realização de limpeza especializada e o polimento dos pisos das salas de aula e demais dependências, para a Escola Estadual Luiz Alberto Abraham, no município de Bataguassu. Justifica-se o pedido de vez que se trata de escola em tempo integral, quer dizer, os estudantes ficam mais tempo na instituição de ensino, demandando mais água refrigerada, materiais esportivos para atividades diversas, num ambiente escolar adequado e prazeroso. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, público presente e quem nos assiste pela TV Assembleia. Registro um projeto de lei. Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Pesq Fest do município de Paranhos, a ser celebrado, anualmente, no primeiro sábado



subsequente à Sexta-Feira Santa. Artigo 1º - Fica incluído no anexo do Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 04 de agosto de 2010, o Pesq Fest do município de Paranhos, a ser celebrado anualmente no primeiro sábado subsequente à Sexta-Feira Santa. Artigo 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. O Pesq Fest se tornou uma celebração extremamente significativa para o município de Paranhos, atraindo milhares de pessoas, não apenas paranhenses, mas também gente de toda a região. O Pesque Fest teve início em 2013 e acontece no município de Paranhos, anualmente, no primeiro sábado subsequente à Sexta-Feira Santa. O evento tem entrada gratuita para o público, que usufrui de momentos de diversão e lazer, concurso de pesca amadora, com as categorias de "Maior peixe", "Menor peixe", "Pescador maior idade", "Pescador menor idade", "Pescadora maior idade" e "Pescadora menor idade". As regras proíbem o uso de molinete, linha, carretilha, tarrafa de pesca e rede de pesca, sendo permitido apenas o uso de vara de bambu ou de fibra. A Prefeitura de Paranhos está comprometida em proporcionar em cada edição uma experiência única para as inúmeras famílias que se reúnem em volta da lagoa do Parque Ecológico Clóvis Bronzin. O evento ganhou notoriedade, além de importância cultural e social para o município de Paranhos, o que significa um impulsionamento turístico na região, atraindo visitantes interessados na cultura local e nas atividades festivas que acontecem durante o evento, além de celebrar e preservar a cultura e as tradições locais, proporcionando um espaço para artistas, músicos e artesãos regionais demonstrarem seus talentos e compartilharem sua herança cultural. Por sua importância e singularidade para os munícipes de Paranhos e todos os sul-mato-grossenses é importante que o Pesq Fest seja incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul. Inclusive, senhor presidente, todos os anos a gente participa dessa grande festividade, que atrai muitas pessoas, de vários outros municípios e regiões, gente que aprecia a pesca como esporte. Indicação. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e também o secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões Correa, solicitando a disponibilização de um veículo para controle de vetores e cadeiras odontológicas para atender o município de Camapuã. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo prefeito Manoel Nery e pelo vereador Professor Jean. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre Deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Eu gostaria de fazer três registros. Primeiro uma indicação, ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando, em caráter de urgência, obras de melhoria da iluminação pública nas rotatórias existentes na MS-145, que dão acesso ao distrito de Porto Vilma, e na MS-276, na rotatória de acesso a Dourados e ao distrito de Culturama (município de Fátima do Sul), no município de Deodópolis. A segunda indicação é também ao doutor Rodrigo



Perez, solicitando obras de reforma completa da Escola Estadual Maria da Glória Muzzi Ferreira, localizada no Jardim Santo André, no município de Dourados. E por fim, senhor presidente, registro um projeto que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação 'Instituto Máximos', com sede no município de Dourados. Só isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Bom dia, imprensa, a quem nos prestigia com a sua presença ou nos assistindo pela TV Assembleia. Quero apresentar uma indicação e uma moção. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Jaime Elias Verruck, secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, e ao senhor Washington William de Souza, diretor-presidente da Agraer, por cópias autônomas, solicitando a viabilização de uma patrulha mecanizada, com implementos agrícolas, para atender a Associação de Produtores Rurais Patativa do Assaré Lacto-Hortifrutigranjeiro (Aproc) e a todos os pequenos produtores rurais daquela região, em atenção a pedido que nos foi formulado pelos vereadores Luizinho de Freitas e Edson Tozetto Bajo, da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, conforme indicação nº 017/2024, anexa à presente. Também, senhor presidente, requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao senhor Fabrício Machado, cidadão sul-chapadense, que em apenas três meses aprendeu a fazer queijo e fermento natural e conquistou medalha de prata no 3º Mundial do Queijo do Brasil, ocorrido de 11 a 14 de abril do corrente em São Paulo. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas, senhoras e senhores que prestigiam a nossa Sessão e a quem nos acompanha pela Rádio e TV Alems. Senhor presidente, antes de ler minha indicação, gostaria que Vossa Excelência registrasse nos anais da Casa a presença do professor Carlos Figueiredo, secretário de Educação da segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, que é a nossa querida Dourados; acompanhado aqui pelo seu assessor de imprensa Pedro, meu quase conterrâneo; e dos demais que nos visitam hoje. Encaminho uma indicação, senhor presidente, à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Edinei Marcelo Miglioli, e ao diretor-presidente da Agetran, senhor Paulo da Silva, solicitando estudo de viabilidade para a instalação de um semáforo ou redutor de velocidade no cruzamento da rua Taquari com a avenida Brasil Central, no bairro Santo Antônio, nesta Capital. Decorre a presente proposição de uma solicitação que chegou ao nosso gabinete pelas mãos do senhor Valdemir Jacinto, morador da região, o qual alega que no mencionado cruzamento ocorrem constantes acidentes, deixando



infelizmente várias vítimas. É o que tinha, senhor presidente, para esta manhã. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Feito o registro, da presença do secretário de Educação, pedido por Vossa Excelência. Seja bem-vindo à Casa, secretário. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: três indicações (Prot. nºs 01430/2024, 01431/2024, 01432/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 01451/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: oito indicações (Prot. nºs 01433/2024, 01434/2024, 01435/2024, 01436/2024, 01437/2024, 01438/2024, 01439/2024, 01440/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 01458/2024, 01457/2024); um requerimento (Prot. nº 01456/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01459/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma moção de pesar (Prot. nº 01455/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 01453/2024, 01454/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 01449/2024, 01448/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01447/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrições, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu vou inverter o meu tempo com o do deputado Paulo Duarte, que vai fazer um pronunciamento nesta manhã.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Paulo Duarte, que disporá de trinta minutos.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, quem acompanha nossa Sessão. Senhor presidente, como eu havia adiantado na semana passada, acerca de um pronunciamento então feito sobre benefícios fiscais, hoje vou falar tecnicamente do tema. Antes porém de entrar naquilo que interessa, na discussão técnica, eu quero me reportar brevemente ao referido pronunciamento, que de certa forma fez com que eu, como servidor de carreira, me sentisse indiretamente ofendido — porque foi dito aqui que os incentivos fiscais são um antro de corrupção, que o Gaeco vai bater na Secretaria de Fazenda, que o governador Eduardo Riedel tem medo... Então quero tratar desse tema, sem ofensas, o que pretendo é esclarecer, afinal muitas inverdades têm sido ditas a esse respeito por desconhecimento do assunto. Bom, primeiro. Os incentivos fiscais existentes em todo o país são publicados, deputado Caravina, em Diário Oficial, na Loa, que é a Lei Orçamentária Anual: assim funciona em todo o país. *Incentivo fiscal*, o que que é isso?... Ouvi coisas como quatro, cinco bilhões por ano, vinte bilhões em quatro anos, quer dizer, se se acabar com os incentivos não precisa pagar nada para a previdência, vai dobrar o salário de servidor... Ou seja, Mato Grosso do Sul vai virar um paraíso. Ocorre, que incentivo fiscal, num mundo globalizado, existe em toda parte. E sabem quando começou isso?... Inclusive se disse que Eduardo Riedel "deu quatro, cinco bilhões". Mas ora, Eduardo Riedel é governador há um ano e quatro meses... Aqui quero fazer justiça, quando Mato Grosso do Sul virou a chave, na gestão do ex-

governador Zeca, porque até o governo Zeca, Mato Grosso do Sul era apenas e tão somente um mero exportador de matéria-prima. Mandava pra fora boi em pé, mandava soja, era assim este estado. Eu sou servidor público desde 1985, e houve governos, quando eu era servidor (hoje isto seria impensável, hoje estamos aqui discutindo melhorias, reajuste), antes do governo Zeca, que deixaram o servidor quatro meses sem salário, passando fome. E quem virou essa chave? Pois foi o governador Zeca, quando se começou a discutir de forma efetiva os incentivos fiscais. E o que que é isso? Vamos lá, vamos explicar de forma tranquila e didática, governador Zeca. Quando o senhor me mandou, eu era secretário, lá em Americana para trazer a indústria têxtil para Mato Grosso do Sul, aqui não existia indústria têxtil. Então o incentivo que foi dado para a indústria têxtil, que entra na renúncia fiscal, não existia nem existiria se a indústria não viesse pra cá. É a mesma coisa agora, deputadas e deputados, senhoras e senhores. Viria a Suzano pra cá se não houvesse incentivo? Não! Portanto a renúncia estimada para a Suzano, na verdade é uma mera questão contábil, porque essa arrecadação não existiria. Sem o incentivo, a Suzano e outras empresas fariam o quê?... Teriam as florestas aqui e o seu parque industrial em São Paulo. E incentivo fiscal não é só para os grandes; bares, restaurantes, hoje, tiveram uma redução: podia ser 17%, baixou para 7%, hoje é 2%. Porque o "C" do ICMS, governador Zeca, é o quê? O "C" do ICMS é *circulação*, circulação de bens, mercadorias e serviços. Ou seja, a chamada renúncia fiscal não é arrecadação efetiva, você não coloca a renúncia fiscal para dentro do cofre do estado. O que acontece quando se traz uma empresa pra cá, ou quando se dá um incentivo para um restaurante? O dinheiro investido se transforma em renda através de salário; quando se transforma em renda através de salário, para onde vai esse dinheiro?... Retorna para a própria economia, esse dinheiro vai comprar mercadoria no supermercado. Então esse imposto, entre aspas renunciado, volta para a economia. Sabe o que que aconteceria se aparecesse aqui um governo maluco e dissesse o seguinte: "a partir de 1º de janeiro acabaram-se todos os incentivos fiscais"? Sabe o que aconteceria?... A arrecadação do estado ia desabar, porque as empresas iriam embora; porque Mato Grosso do Sul, do ponto de vista de logística, não é tão interessante ainda. Portanto, as empresas vêm pra cá — como vão para o Mato Grosso, como vão para Goiás, mesmo para São Paulo, que também concede benefícios — por conta disso! Então precisamos acabar com essa história, que é uma ilação, que é uma suposição, que é por desconhecimento, precisamos acabar com essa história de que Mato Grosso do Sul abre mão de quatro bilhões, que ele podia ter quatro bilhões a mais de arrecadação. É mentira! Grande parte dessa arrecadação não existe... E onde está essa arrecadação, essa chamada renúncia? Grande parte dela está no setor do agronegócio, são mais de três bilhões, em compra de máquinas, de equipamentos... Nós temos aqui um agronegócio dos mais modernos do Brasil e do mundo, porque os produtores compram equipamentos, governador Zeca, de altíssima qualidade, importados. E para a aquisição desses equipamentos o incentivo fiscal dispensa o diferencial de alíquota. Agora, já que querem falar de incentivo, vamos falar com conhecimento de causa. Por exemplo, não são só esses valores que dizem, de quatro, cinco bilhões, sabem por quê? Porque há uma renúncia fiscal, que é do governo federal, que não está contabilizada, da Lei Complementar nº 86/1997, a chamada Lei Kandir. É uma lei complementar de 1997,

quando o governo federal (o Zeca lembra bem) fez caridade com o chapéu alheio: ele mandou uma lei para o Congresso Nacional, deputado Caravina, deputada Lia, tornando — não isento — imune as exportações. Então o estado, entre aspas, deixa de arrecadar por ano quase quatro bilhões por um incentivo fiscal que é do governo federal, fruto de uma lei complementar. É verdade que há aí uma discussão, havendo quem ache que a lei deveria ser somente para produtos semielaborados, e não para os primários. Mas por que foi feito isso? Foi feito isso para que o estado de Mato Grosso do Sul, e o Brasil, melhorassem seus números na balança comercial, para que pudessem competir de forma igual no mundo. Portanto, ao falar desse tema, nós temos de ter em mente essas coisas. Não adianta servidor público acreditar em quem diz que, em se acabando com o incentivo, vai acabar a alíquota de 14%, haverá aumento para todo mundo. Então eu quero deixar isso muito claro, e também dizer aos deputados que estão aqui da importância de tratar esse tema com absoluta responsabilidade, e se houver algo errado, que se vá à Justiça — não agredir! Porque quando se fala que há corrupção nisso aí, é preciso dizer onde. Quem trabalha nesse tema, quem discute tecnicamente são servidores de carreira, concursados, que fazem um dos concursos mais difíceis, que é o da Secretaria de Fazenda, e tudo que é feito é feito com base em lei. Então essa história de "vamos acabar com o incentivo fiscal, que o estado vai triplicar a arrecadação", isto é uma mentira! porque a maior parte dessa arrecadação, deputado e ex-governador Zeca, não existiria, pois as empresas não viriam pra cá. Lá atrás, governador Zeca, o senhor lembra bem, para trazer as empresas têxteis Militex e Cortex, que estavam em Americana, nós entramos na chamada guerra fiscal. Elas estavam em Americana. Nós fomos atrás delas. Venham para cá para Três Lagoas. E mais um detalhe, governador Zeca: quando a empresa tem incentivo fiscal e vem para o estado, mesmo não sendo tributado, aquele produto entra para a conta do valor adicionado do município, integrando no final o índice de ICMS. Em Três Lagoas, no final do século passado, o índice de participação de ICMS era metade daquilo que é hoje. Por quê? Porque exatamente esses valores que circulam na economia vão para o próprio município. Quando você tira uma empresa daqui, o município deixa de receber, pois os municípios recebem 25% da cota-parte do ICMS. Vinte e cinco por cento!... Então, governador Zeca, eu quero — como servidor público de carreira, como auditor da Receita estadual, por ter sido seu secretário, o que muito me honra, lustra meu currículo —, quero lhe dizer que o seu legado ainda não é conhecido suficientemente, de tantas coisas que Vossa Excelência fez, e não só nessa área do processo industrial de Mato Grosso do Sul. De um estado eminentemente, como era, apenas e tão somente exportador de matéria-prima, hoje nosso estado ampliou sua base econômica: para a celulose, para a agroindústria... Mato Grosso do Sul (e já concedo o aparte a Vossa Excelência) teve no ano passado um crescimento de 6,6% no seu PIB. Por quê? Porque o dinheiro está circulando na economia, as riquezas estão circulando na economia. Concedo o aparte ao nobre deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Ouvi atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência, deputado Paulo Duarte, e solicitei o aparte, primeiro, para o cumprimentar. Muitas vezes venho a essa tribuna de aparte para que determinados momentos que acontecem aqui sejam registrados nos anais da Casa. E este é um deles,



quer dizer, justifico minha intervenção com a *aula*, com o pronunciamento-aula que faz Vossa Excelência para quem nos escuta e quem nos assiste. É uma aula de processo de industrialização e, portanto, de desenvolvimento econômico do Mato Grosso do Sul, que tem — digo-o com toda a humildade — um marco divisor em 1999, quando nós — e quando digo *nós*, quero dizer eu, Vossa Excelência, Pedro Kemp e tantos outros — assumimos a responsabilidade de tirar o estado do fundo do buraco: esta é a verdade. E já que se discute, nessa aula que Vossa Excelência dá, a questão dos incentivos fiscais, eu quero, rapidamente (não quero tomar seu tempo), assinalar alguns momentos. Primeiro, recentemente o presidente Lula esteve aqui anunciando 38 novos frigoríficos credenciados para exportar para a China. Um deles, o principal frigorífico, foi financiado inclusive com incentivos fiscais na época do nosso governo, concedidos ao Grupo Bertin, Vossa Excelência lembra com certeza, que depois se transferiu para a JBS. A partir de agora, com os investimentos que vai fazer, o grupo vai duplicar seu quadro de funcionários, empregando aproximadamente quatro mil trabalhadores, constituindo-se assim no maior frigorífico exportador de carne do Brasil — isso com a ajuda dos incentivos fiscais. Em segundo lugar, e aí recorro ao Paulo Corrêa que não está aqui, citando a Internacional Paper. Ninguém acreditava no aproveitamento do maciço florestal do Bolsão, beneficiado pelo incentivo fiscal 157 na época do regime militar, que tinha se transformado num campo de concentração com a queima na produção de carvão vegetal que ia para Minas para atender ao desenvolvimento mineiro. Nós fomos, Vossa Excelência lembra, aos Estados Unidos, à Carolina do Sul — na época a prefeita de Três Lagoas era a nossa querida (hoje ministra) Simone Tebet —, e com os incentivos fiscais, nossos e do governo federal, deputado João Henrique, trouxemos a Internacional Paper, que foi o pontapé inicial para aquilo que viria a se constituir hoje no maior processo de industrialização da costa leste, que são as indústrias de celulose e também de papel. Ano que vem, se Deus quiser, e Ele vai querer, com a inauguração da Rota Bioceânica, imaginem a quantidade de empresas, de indústrias que virão para cá para processar esse corredor fantástico da saída para o Pacífico, encurtando nossa distância para o mercado asiático! Ou seja, os elementos que Vossa Excelência traz atestando a importância estratégica dos incentivos fiscais, e concludo, que foram modernizados no nosso governo (quando saiu uma lei moderna de incentivos fiscais), nos permitem antever um novo ciclo, que já começou em 1999, de desenvolvimento para o Mato Grosso do Sul. Parabéns! Muito obrigado pelas referências elogiosas que faz Vossa Excelência ao nosso governo, e quero partilhar isso com Vossa Excelência, Pedro Kemp e tantos outros que contribuíram durante o nosso governo. Obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Eu agradeço e repito que a história deste estado não pode ser contada sem considerar o seu governo... Mas, deputado Caravina, antes de lhe conceder o aparte, quero dizer que ao vê-lo, ao ver o deputado Pedrossian Neto, ao ver o deputado Paulo Corrêa, ocorre-me que indiretamente tanto eu, quanto Vossa Excelência, o deputado Pedrossian Neto e o deputado Paulo Corrêa fomos chamados de *macaca de auditório*. Porque foi dito aqui que quem foi àquele evento do Sebrae, em que o estado de forma transparente (com publicação em Diário Oficial) mostrou a renovação dos incentivos, era macaca de



auditório. Pois eu quero dizer, primeiro, que eu não dependo de político nem de política; fiz um concurso público; não tenho político de estimação; tenho em alta conta o trabalho governador Eduardo Riedel, com certeza um grande governador, capacitado, competente, educado — mas não sou daqueles que têm políticos como ídolos —; concordo com a maioria das coisas que faz o governador Eduardo Riedel, e quando eventualmente discordo, com toda a educação falo, e falarei sempre. Portanto eu não estava lá para bater palma... Aliás, a origem da expressão *macaca de auditório* remonta, deputado Neno Razuk, àqueles programas de auditório do século passado, em que se ficava escolhendo artista, idolatrando artista. Eu não idolatro político! Político é servidor público temporário; eu não tenho nenhum político como ídolo: meu ídolo é meu pai. Então eu quero dizer que nós fomos lá para acompanhar, para ter conteúdo para debater aqui. Há, sim, transparência! A forma como está agindo o governo, a Secretaria de Fazenda, está de acordo com a Justiça, de forma que quem discorda agora não é aqui que tem de discutir mais: é no Poder Judiciário. O Poder Judiciário disse que aquilo que a Secretaria faz está correto, está correta a forma como o estado demonstra os seus incentivos fiscais. Então, que fique claro, que eu não sou, nunca fui macaca de auditório e não tenho nenhum político como ídolo. Concedo o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado pela concessão do aparte, deputado Paulo Duarte. Primeiro quero parabenizá-lo pela explanação de quem conhece o assunto. Vossa Excelência explicou muito bem para todos aqui como funcionam os incentivos fiscais, a sua importância para o desenvolvimento do estado, como nosso estado, ao conceder incentivos fiscais, mudou nossa matriz de desenvolvimento, trouxe a indústria pra cá. Mesmo dando os incentivos, mesmo trazendo esse desenvolvimento, o estado ainda tem recursos para fazer transformações em todos os seus 79 municípios, fazendo um municipalismo de verdade — que pude atestar como prefeito, como ex-prefeito, como presidente da Assomasul e depois como membro do próprio governo. Então, é um estado próspero, graças a todo um trabalho desenvolvido, entre os quais o dos incentivos fiscais, que são fundamentais para esse desenvolvimento. O senhor fez uma explanação muito bem feita com relação a isso, tenho certeza que todos nós a entendemos bem. E o nobre deputado que fala tanto disso, se efetivamente queria entender sobre incentivo fiscal, vai dar-se por satisfeito depois dessa bela aula. Agora, se for só para jogar para a torcida, se for para fazer proselitismo do "quanto pior, melhor", se for para fazer oposição pela oposição, ele vai voltar à sua cantilena de que com esses cinco bilhões que estão sendo perdidos daria para pagar o salário dos servidores, que dava para abrir mão da previdência... A gente sabe que isso aí é jogo político, é fazer barulho, é fazer movimento, e nós não trabalhamos dessa forma. A grande maioria dos deputados aqui o que quer é trabalhar em favor do Mato Grosso do Sul. E, sim, participar de eventos é importante, porque lá, além da apresentação da renovação dos incentivos, restou demonstrado quais impostos serão baixados, zerados... O governo, além de estar fazendo investimentos, está trabalhando ainda para diminuir a carga tributária, de vários impostos — nós temos de ir lá prestigiar, tomar conhecimento e ter conteúdo. Nós não vamos ficar aqui só falando dos "cinco bilhões perdidos com incentivo", só com assunto para rede social, para internet. Não! Eu acho que nós temos responsabilidade com o estado de Mato Grosso

do Sul: votar leis, fazer debates importantes e mostrar conteúdo, como o senhor fez agora, como funcionário de carreira da Secretaria de Estado de Fazenda, com esta explicação técnica sobre o que está acontecendo, sobretudo em Mato Grosso do Sul. Então, fico feliz em participar de tais eventos, vou continuar prestigiando, e não vejo essa questão de *macaca de auditório*; isso aí é o seguinte: quem não tem conteúdo para participar desses eventos fica jogando qualquer coisa ao vento para politizar. Eu sou contra esse tipo de manifestação e quero mais uma vez parabenizar o senhor por essa bela explanação, estou satisfeito em entender que os incentivos fiscais implantados pelo governo de Mato Grosso do Sul são fundamentais para o desenvolvimento do estado. Obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputado Caravina, obrigado. Antes de conceder o aparte ao deputado Paulo Corrêa, com muito prazer, queria dizer o seguinte. Deputado, o senhor conhece a vetusta e próspera Ribas do Rio Pardo. Pois bem. Veja o que é um movimento econômico, deputado Paulo Corrêa, Vossa Excelência sabe muito bem disso. Tudo que é entrada e saída dentro do município, em 2018, tudo ficou em um bilhão, quatrocentos e oito milhões de reais. Já o movimento econômico de Ribas do Rio Pardo de 2023, deputado Hashioka, foi de 3,9 bilhões! ou seja, mais do que o dobro. Por quê? Porque as plantas que lá se instalaram, com o incentivo fiscal, movimentaram a economia. E o que que significam esses bilhões para Ribas? Significam o seguinte, deputado Paulo Corrêa: de tudo que o estado arrecada de ICMS (vamos arredondar: um bi e meio por ano), 400 milhões não são do estado: vão direto para a conta do município. E a participação nessa receita de cada município está vinculada ao respectivo movimento econômico (75%) e o restante a outros critérios. Portanto Ribas, como outras cidades do estado, se beneficiaram diretamente. Então, com esse benefício, não é só a arrecadação do estado que cresce, esse benefício dos incentivos fiscais vai parar diretamente onde as pessoas moram: no município. Veja o que aconteceu com Ribas, que é o que está acontecendo em todo o Mato Grosso do Sul. Concedo o aparte, deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero parabenizá-lo, deputado, Vossa Excelência que é um técnico forjado exatamente dentro da Secretaria de Estado de Fazenda (já foi secretário de Fazenda do governador Zeca do PT). Vossa Excelência fez um comentário de suma importância: até o governo Zeca do PT, o entendimento do estado era "como é que nós vamos trabalhar para pagar a folha de pagamento". Do Zeca do PT para frente a coisa mudou, nós fizemos a melhor lei de incentivo do Brasil, que aprovamos aqui nesta Casa. Então, quem não conhece esse histórico fica sem saber que o maior instrumento nosso para possibilitar, por exemplo, que uma Suzano viesse se instalar em Mato Grosso do Sul, chama-se *incentivo fiscal*. Incentivo fiscal significa que você está abrindo mão de receita ou que você está trazendo empresa que gerará emprego e que vai recolher imposto de uma outra forma?!... Então, acho que é preciso parar de ficar batendo nessa tecla da perda, porque o incentivo fiscal tem sido um grande instrumento do progresso, do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, desde a sua gestão, Zeca do PT, até agora. Mas agora, com a reforma fiscal, ficou muito ruim, vou falar pra vocês. Debati aqui na Casa, fui contra a nova reforma, e por quê?



Porque ela tira dos estados que "potencialmente" só produzem matéria-prima a possibilidade de se industrializar. Beneficiou quem? São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, os grandes estados que têm as indústrias. O que que nós temos de fazer? A inversão disso, nós estamos indo buscar as empresas. Qual é o melhor ambiente de negócios para o Mato Grosso do Sul hoje? É exatamente a Lei de Incentivos, lá de trás, Zeca, que foi sendo modificada por esta Casa, que foi possibilitando que o Paulo Duarte, secretário de Fazenda, pudesse encaminhar aqui, com a sua gestão, e depois os secretários que lhe sucederam. Essa guerra fiscal era salutar para Mato Grosso do Sul; do jeito que está vai ficar ruim para nós. De qualquer forma, Vossa Excelência está de parabéns; de fato, sem esse instrumento na mão, nós não teríamos como sair por aí tentando atrair empresas, pois não teríamos nenhum diferencial, ficaria tudo igual. Qual é o melhor ambiente de negócios? Onde haja gente que possa trabalhar, e geração de emprego e renda é a melhor política social que se pode fazer, a melhor política social é a empregabilidade. Há quem não saiba, mas três vezes por semana um ATR [*Avion de transport régional*] faz Recife-Campo Grande. Vocês sabiam disso?!... Três vezes por semana um ATR lotado de técnicos estão vindo lá do Nordeste para ajudar na montagem eletromecânica da Suzano, que nós não temos aqui gente capacitada para fazer isso. E é verdade: não temos mais. Hoje nós estamos vivendo o emprego pleno porque estamos trazendo essas indústrias. É bem verdade, deputado Paulo Duarte, que a Suzano neste momento é uma referência para nós de desenvolvimento... mas a Arauco são duas Suzano! E a Arauco está lá encravada na beira do rio Sucuriú, no Projeto Sucuriú, e ninguém sabe que o primeiro pedido que a empresa fez ao governo do estado foi uma pista de 1.600 metros, para que lá possam pousar ATRs, aviões desse porte levando mão de obra especializada do Chile! que nós não temos aqui disponível. Então, se nós estamos vivendo um pleno emprego é porque há uma política de incentivos do estado que é salutar para Mato Grosso do Sul, que aumentou nossa arrecadação; essa gestão moderna do nosso governador Eduardo Riedel é que possibilitou baixar impostos, sem isso não teria sido possível baixar imposto de cesta básica, baixar imposto para bares e restaurantes (como fizemos) — que na época da pandemia tiveram de fazer *lockdown* —, e sem a bitributação, como Vossa Excelência me ensinou muito bem. Então, queria parabenizá-lo por esse pronunciamento que resgata exatamente o que existe de política de geração de emprego e renda no Mato Grosso do Sul. Isso é que vai fazer a diferença para o nosso estado nos próximos vinte, trinta anos. Obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Obrigado, deputado Paulo Corrêa. Quando falo em incentivo fiscal, deputado Caravina, é bom registrar, estou falando de todos os segmentos, e de todos os tamanhos. Então não é só a Arauco, a Suzano, estamos falando de bares, restaurantes, do churrasquinho lá da Moreninha, lá do Aero Rancho, este têm incentivo fiscal também. Incentivo fiscal, por exemplo, deputado Pedrossian Neto, Vossa Excelência que é da área, tem o gás natural, que era para ser tudo de São Paulo... São 200 milhões de reais por mês de receita, dos quais 50 milhões dos municípios, e cuja alíquota aqui não é de 17%, é de 12%. Portanto, não adianta querer transformar certos temas em demagogia política, há temas que têm de ser debatidos num ambiente técnico — não com palavras difíceis, rebuscadas, mas com palavras objetivas, para as pessoas entenderem. Falar para o servidor que acabar com

os incentivos implica não ter de pagar previdência... isto é mentira! Se acabarem com os incentivos, se aparecer um maluco algum dia aqui no Mato Grosso do Sul (espero que não apareça) que acabe com os benefícios sem nenhum critério, o estado vai perder receita, vai perder empregos. E volto a dizer, governador Zeca, nós fizemos uma opção; para muita gente nosso estado devia continuar como mero exportador de matéria-prima, de onde sai aquele monte de caminhões com boi em pé, com soja em grão; um estado exportando empregos. É isso que não faz muito acontecia com Mato Grosso do Sul, quando a preocupação dos governadores era quase que única e exclusivamente pagar salários... Ué? quando assumiu, o senhor deve se lembrar da barra que nós enfrentamos. De maneira que, quando discutimos temas tais, precisamos, precisamos dizer o que de fato é verdade, aquilo que acontece de fato, e se houver algum tipo de irregularidade, que esta seja apontada, denunciada. Agora, é inadmissível querer esculachar os incentivos fiscais, querer esculachar a Secretaria de Fazenda — se falarem mal de delegado, tenho certeza, o Caravina não vai gostar, se falarem mal de policial militar, com certeza o David não vai gostar, se falarem mal de professor, o Kemp, o Reinaldo não vão gostar, se falarem mal de bancário, de fazendeiro, como o meu querido Zé Teixeira, idem... Então, não adianta ficar xingando, brigando: todos somos importantes. Tanto o grande fazendeiro, como o Zé Teixeira, é importantíssimo para a economia, assim como o é o pequeno, como o Zeca do PT. É importante o incentivo da Arauco, da Suzano, assim como o é o do churrasquinho lá da Moreninha: é disso que a gente precisa. Mato Grosso do Sul hoje, gostem ou não, é destaque nacional. A política de incentivos fiscais não tem partido; começou com o PT, depois veio um governo do MDB, depois do PSDB, e todos mantiveram e até ampliaram essa política. Então, errado, deputado Pedro Kemp, com certeza não está o governador Riedel, que está de forma muito competente vendendo a potencialidade do Mato Grosso do Sul. E eu tenho certeza que este estado...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concede um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Já que você me cedeu seu tempo, sou obrigado a lhe conceder o aparte.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar, como sempre tem sido o comportamento desta Casa, eu vou conceder mais cinco minutos para Vossa Excelência concluir.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Agradecido.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Posso falar ou não posso?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim, claro, o presidente concedeu.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado Paulo Duarte, eu também queria parabenizá-lo pelo pronunciamento. Nessa conjuntura de guerra fiscal entre os estados, não havia de fato outro mecanismo para atrair empresas, indústrias aqui para Mato Grosso do Sul, a não ser o da concessão de incentivos fiscais. Vossa Excelência lembrou muito bem o que significou o governo do Zeca do PT. Nós podemos dividir a



história de Mato Grosso do Sul, e falo isso com toda a tranquilidade, em antes e depois do governo Zeca. Fui secretário de Educação; na época tínhamos quatro folhas de salário atrasadas dos servidores. Nós tivemos, já no primeiro ano do governo Zeca, o pagamento de dezessete folhas de salário! e graças à ousadia do governador de implementar uma política para atrair novos investimentos para o estado. Foi no governo Zeca que foi aprovada a Lei MS Empreendedor, que justamente tinha esse objetivo, e com isso nós mudamos aquela história antiga do estado, do binômio boi-soja, e passamos a ter indústrias, fábricas, gerando emprego — que foi o que o que nos permitiu estar hoje nessa situação financeira mais tranquila, com o Estado pagando salários em dia, fazendo investimentos. A capacidade de investimento do estado estava, com efeito, bastante comprometida, mas graças a essa visão dos governos, principalmente do Zeca e depois dos que o sucederam, nós logramos chegar a essa nova realidade. Deputado Paulo Duarte, Vossa Excelência que é da área, conhece bem o assunto, sabe que antes dessa reforma tributária não havia outra maneira de atrair investimentos para o estado senão concedendo incentivos. Acho que resta comprovada a necessidade e o acerto da política que foi implementada aqui no estado. Parabéns a Vossa Excelência!

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Para encerrar, queria falar rapidamente de outro tema (que não vai ser decidido nesta Casa, mas no Congresso Nacional), da questão da reforma tributária. Realmente, deputado Hashioka, Vossa Excelência que foi prefeito, da forma como está colocada a reforma está muito ruim para Mato Grosso do Sul, muito ruim para o setor empresarial. É um debate que ainda teremos de travar nesta Casa; não é por eu ser do PSB, não é por ser o vice-presidente da República também do PSB, que eu tenho de concordar com tudo aquilo que o governo federal propõe. A reforma, repito, não é boa para Mato Grosso do Sul — mas esse é um debate para outra oportunidade. Obrigado, presidente, pela condescendência de me dar uns minutos a mais.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pelo livro de inscrição, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, o deputado Pedro Kemp me solicitou que invertesse o meu tempo com o dele. Então, quero passar o meu tempo pra ele.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão do tempo, com a palavra o nobre deputado Pedro Kemp, lembrando que, regimentalmente, às onze horas temos de passar à Ordem do Dia. Vossa Excelência então dispõe de 14 minutos e 10 segundos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Serão suficientes. Senhor presidente, senhores deputados, ontem apresentei aqui uma indicação para o secretário de estado de Saúde e também para a secretária de Saúde do Município de Campo Grande, solicitando medidas urgentes para diminuir a fila de espera de pacientes que precisam de uma consulta oftalmológica, de cirurgias eletivas, principalmente de catarata, aqui em Campo Grande. Um absurdo o número de pessoas aguardando! São onze mil pacientes aguardando uma consulta oftalmológica aqui na

Capital. Aliás eu quero abrir um parêntesis para dizer do caos que nós estamos vivendo em Campo Grande na área da saúde. Segunda-feira um assessor meu esteve no posto de saúde do Jardim Leblon e tirou algumas fotos da situação: superlotado, hiperlotado. Tirou foto inclusive de um paciente deitado no chão, aguardando por um atendimento; a sala da assistente social fechada; não havia médico para atender as pessoas que estavam lá. Hiperlotado o posto de saúde! Todas as cadeiras lotadas e pessoas em pé aguardando por um atendimento médico e não havia médico atendendo as pessoas! Uma total falta de respeito com os pacientes aqui de Campo Grande! Mas essa não é uma realidade apenas do posto de saúde do Jardim Leblon: é também a realidade de outros postos de saúde e UPAs da Capital, que se agravou com esse surto que estamos tendo de doenças respiratórias; as pessoas acometidas por essas doenças estão necessitando desse atendimento emergencial, mas chegam lá no posto de saúde e têm de aguardar horas e horas e às vezes têm de voltar pra casa sem atendimento. O número de médicos na rede de saúde está muito aquém do necessário, muito reduzido, insuficiente para atender à demanda da Capital, que é bastante grande. Mas eu ainda complemento essa minha colocação, dizendo que o Ministério Público do estado ajuizou uma ação civil pública pedindo que a Prefeitura de Campo Grande e também o Governo do Estado estabeleçam um cronograma para uma efetiva redução das filas de pacientes esperando por consultas e cirurgias ortopédicas. Esta é outra necessidade urgente, deputada Mara; além das oftalmológicas de que já falei (com 11 mil pessoas na fila), há uma demanda reprimida de cirurgias ortopédicas aqui na Capital. Há pessoas aguardando há quase cinco anos! Cinco anos a pessoa esperando por uma cirurgia ortopédica aqui em Campo Grande! Imaginem estar nessa situação, esperando por uma cirurgia e tendo de aguardar por anos. Há também pacientes esperando ainda pela primeira consulta desde 2019! A pessoa ainda está aguardando a primeira consulta com um especialista em ortopedia desde 2019. Vejam como é grave essa realidade. Não é à toa que o Ministério Público já entrou com uma ação civil pública exigindo providências para reduzir esse prazo de espera, essa fila, e que estado e município sejam obrigados a apresentar no prazo de 180 dias um plano concreto de ação, com metas, cronogramas definidos, para a redução das filas de espera para acesso à primeira consulta ortopédica.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Permite um apare, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Permito, com todo o prazer, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência fala de um assunto extremamente delicado, afinal um dos momentos de maior vulnerabilidade na vida de um ser humano é o momento da dor. Esta tribuna foi usada por mim várias vezes para falar — até um colega me questionou "vai falar de novo disso?" — de uma senhora que estava havia oito anos esperando uma cirurgia ortopédica...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Que já faleceu, né?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Faleceu, eu fui no velório dela. Falei com o secretário à época, doutor Mauro, ortopedista, que inclusive foi

médico dela. Não dava para acreditar num negócio daqueles... O quadro desta senhora foi evoluindo para infecção, ela foi para a UPA da Moreninha; aí a família não tinha o remédio. Conseguimos o remédio, conseguimos transferi-la para o Hospital Regional, cujo diretor-geral à época era o doutor Márcio. E está aqui, deputado Pedro Kemp, a devolutiva: "Rinaldo, nós vamos fazer de tudo para salvar a dona Francisca." Quarenta e oito horas depois ele me manda esta mensagem: "Perdoe-me, infelizmente não conseguimos salvar a dona Francisca." O Hospital do Trauma, depois de mais de vinte anos foi concluído justamente com esse objetivo, mas lamentavelmente estamos vivendo este momento difícil. A doutora Rosana, pessoa queridíssima, está fazendo de tudo ali, mas a situação é gravíssima. Esta semana, por exemplo, abriu uma vaga para uma senhora, mas não havia ambulância... Resultado: sete dias esperando, perdeu a vaga — está aqui no meu celular o pedido. O deputado Pedro Pedrossian Neto apresentou aqui um projeto para que nós conheçamos, para que se torne pública, a classificação dessa questão da regulação de vagas. Como que alguém fica cinco, seis, sete, oito anos esperando uma cirurgia?!... Eu quero até saber como que anda a tramitação desse projeto, deputado Pedro Kemp, porque é inadmissível num estado rico como o nosso, referência nacional em vários quesitos, ver nossos irmãos campo-grandenses, irmãos sul-mato-grossenses passando por esses momentos de muita dor e de vexame. Então quero aqui me solidarizar com Vossa Excelência, esperamos que num curto espaço de tempo venhamos a resolver de uma vez por todas a questão da saúde na Capital.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu incorporo o aparte Vossa Excelência, agradeço pelas colocações. Concedo o aparte ao meu amigo deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Queria parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz, subscrevendo também as palavras do deputado Professor Rinaldo. De fato essa foi uma preocupação desde o começo do nosso mandato; mas agora eu vejo que o assunto ganhou mais musculatura, ainda mais com essa ação civil pública proposta pelo MP, da doutora Daniela Guiotti. Esta ação na verdade está representando todo esse problema, precisávamos mesmo dar-lhe um encaminhamento mais concreto. Na ocasião vi uma matéria falando em sete mil pessoas aguardando uma cirurgia ortopédica... Eu tive acesso aos dados — que inclusive apresentei numa audiência pública aqui nesta Casa de Leis — do sistema de regulação... só da macrorregião de Campo Grande! Àquela altura eram 61 mil pessoas aguardando algum tipo de procedimento na macrorregião de Campo Grande. Desde procedimentos mais simples, como exame radiológico, exame de imagem, uma biópsia da tireoide, um Holter, uma endoscopia, uma colonoscopia, ou até uma consulta com especialista, uma consulta com neurologista, com cardiologista infantil, até coisas mais complexas, como as cirurgias eletivas. São 14 mil pessoas na fila do SisReg hoje! Ah, mas esse número está exagerado, porque há muita gente que já morreu, muita gente que já entrou uma vez e teve de entrar novamente... Naturalmente que pode haver algum exagero nesse número, dado que o próprio sistema pode não estar sendo bem

gerido — então precisamos passar um pente-fino nesses números... De qualquer forma é um número superlativo...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito elevado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — ...É algo muito significativo falar em 14 mil pessoas aguardando uma cirurgia eletiva; 61 mil pessoas no SisReg! São dados que nós apresentamos, dados públicos. O que eu quero com esse projeto de lei? Na verdade não estamos inventando muita coisa, não; é tão óbvio que precisa ser feito isso, que eu me incomodo de ter de ficar usando a tribuna para falar desse tema. O que nós queremos com esse projeto é lançar sobre a questão uma luz solar, queremos transparência: Portal da Transparência da Fila da Regulação. Isso já existe em São Paulo, isso já existe em Santa Catarina, tem tudo a ver com as marcas deste governo. O governo Riedel é um governo eficiente, eficaz, um governo digital. Então apresentamos esse projeto criando o portal da transparência para a questão. Tive o trabalho de conversar com os técnicos da SES, fizemos várias reuniões, inclusive o doutor Maurício Corrêa Simões participou de algumas dessas conversas. Agora, o nosso sentimento é que o que está faltando é apertar o botão, é ter a coragem de fazer essa discussão. Naturalmente que a existência por si só do portal da transparência não resolve a fila. O que que nós vamos fazer? Nós vamos explicitar o tamanho da fila. Ao explicitar o tamanho da fila, naturalmente que estaremos lançando um olhar para os problemas, ou seja, a opinião pública vai começar a olhar para determinados problemas, cobrar do governo, cobrar da secretaria, cobrar a participação de Campo Grande. Mas acho que precisamos evoluir na forma de fazer política pública. Quantas ligações cada um de nós deputados não recebe numa semana pedindo encaminhamento de paciente para a Santa Casa? Quantos de nós, por sensibilidade, por solidariedade, não ligamos para um secretário, para um hospital pedindo ajuda?... Mas com isso, na realidade, nós não estamos ajudando a solucionar o problema. Daí esse portal da transparência; até peço o apoio dos colegas: poderíamos, quem sabe, até fazer uma ação em conjunto (eu, Vossa Excelência, o professor Rinaldo, quem queira se somar) tentando sensibilizar o governo para que possamos caminhar com mais força nessa direção. Parabéns a Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz, e me somo nessa iniciativa.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, deputado. Queria enaltecer, inclusive, a iniciativa de Vossa Excelência...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu penso que nós realmente devemos fazer esse papel aqui na Assembleia Legislativa de cobrar essas providências, para diminuir essa fila que é uma vergonha aqui no Mato Grosso do Sul. O governo passado já fez a Caravana da Saúde, foi interessante porque isso na época diminuiu a fila de espera das cirurgias eletivas. Mas eu acho que está na hora de pensar alguma coisa também nesse sentido. Hoje só há dois hospitais conveniados, o Hospital do Pênfigo e a Santa Casa, para a realização das cirurgias ortopédicas. Talvez seja preciso ampliar o número de convênios, fazer essa fila diminuir; ficar quatro, cinco anos esperando é um transtorno na vida dessas pessoas. Fala-se que uma cirurgia eletiva pode esperar, mas

não tanto tempo assim, senão acontece o que aconteceu com a dona Francisca, caso que Vossa Excelência acompanhou: acabou falecendo e não tendo o seu problema de saúde resolvido. Agora, nós estamos num ano eleitoral, e vê-se que a preocupação de muitos gestores é fazer obras, fazer investimentos que apareçam, que mostrem para a população que os gestores estão agindo, etc. Agora, não há investimento mais importante que a saúde das pessoas. Então, é um absurdo esse número de pessoas aguardando pela primeira consulta — com especialista, com ortopedista, com oftalmologista — tanto tempo assim! Faço, pois, um apelo ao Governo do Estado, à Prefeitura de Campo Grande, para que somem esforços e recursos para fazer diminuir o lamento, a dor, a agonia de muitos pacientes. Como disse muito bem aqui o deputado Pedrossian, pessoas nos ligam no gabinete, deputado Caravina: "Eu preciso de uma consulta. Eu preciso de um exame"... Se a pessoa tiver um tumor no intestino e tiver de aguardar um ano para fazer uma colonoscopia, será tarde demais: esse tumor já se terá espalhado para outros órgãos e a pessoa não terá mais como recuperar a saúde. Fazemos então esse apelo, e vamos nos somar para que haja novamente uma ação emergencial entre estado e prefeitura, para reduzir essa fila de espera e acabar com a agonia que muitos pacientes estão vivendo neste momento. Muito obrigado, presidente. Eu ia conceder um aparte, mas encerrou meu tempo; se o presidente conceder...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O tempo está encerrado. Vou lhe conceder a palavra pela ordem. Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para fazer um pequeno complemento, não relacionado à fila, mas relacionado à saúde. Esta Casa, como conversava há pouco com o presidente, foi convidada para participar de um comitê do Tribunal de Justiça envolvendo vários órgãos: Ministério Público, Defensoria Pública, Defensoria da União... Criou-se esse comitê para tratar da judicialização da saúde, e este assunto está diretamente relacionado à questão das filas, da quantidade de cirurgias represadas. E o necessário para evitar a judicialização é justamente isto: que o governo do estado seja mais eficiente, ajude também as prefeituras a serem mais eficientes, para que diminuam as filas e aumente o atendimento. Então esta Casa foi convidada, o termo foi encaminhado para a presidência, o presidente vai organizar a parte documental, lembrando que o deputado Lucas de Lima é o presidente da comissão, eu, vice-presidente — para que possamos participar desse comitê ativamente, para avançarmos na questão da diminuição da judicialização da saúde e, conseqüentemente, num melhor atendimento à população, como bem assinalado pelo deputado Pedro Kemp. Era essa a questão de ordem.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, sem querer menosprezar a fala de colegas que me antecederam, eu queria lembrar que por mais conteúdo informativo que possa haver numa fala, as questões de ordem têm de se limitar a alguma violação de caráter regimental, ficando a cargo de Vossa Excelência decidir da sua pertinência ou não, com base justamente no Regimento Interno. Então eu faço uma questão de ordem rogando a Vossa Excelência que daqui para frente oriente os colegas a indicar previamente qual é a violação regimental a ensejar seus pedidos *pela ordem* — relativos à legalidade, à ordem de votação, à falta de quórum, a qualquer questão procedimental —, sob pena de estarmos banalizando a *questão de ordem*, pedindo-a para fazer intervenções de caráter, ainda que importante, apenas informativo, o que creio seria mais adequado no Pequeno Expediente. Era isso, presidente, apenas para que Vossa Excelência, como bom regimentalista que é, cobre de quem quer que seja, independentemente da relevância do tema. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (Deputado Gerson Claro - PP) — Vou registrar que Vossa Excelência faz um apelo regimental eficaz, um apelo regimental correto. A única ressalva que faço é que esta presidência tem sido indulgente com algumas questões de ordem solicitadas para fazer certos anúncios, até por uma questão de gentileza, desde que claro isso não atrapalhe o andamento da sessão. Seja como for, se a maioria dos deputados amanhã ou depois requerer um cumprimento rigoroso do Regimento, assim o será. Mas sem dúvida, pertinente a fala de Vossa Excelência... Está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registro a presença do senhor José Carlos da Conceição, vereador do município de Aparecida do Taboado; senhor Ronaldo Rocha Goulart, vereador do município de Sete Quedas; senhor Luiz Ismael Luiz de Almeida, vereador também do município de Sete Quedas; senhora Brasília Aparecida, vereadora vice-presidente da Câmara Municipal de Amambai; senhora Lígia Silva Machado, presidente da Câmara Municipal do Município de Amambai. Sejam bem-vindos à nossa Casa de Leis. Item 1. Projeto de Lei nº 184/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Estabelece norma para o encaminhamento de pacientes pelas equipes de socorro do Corpo de Bombeiros Militar e do Serviço de Atendimento Móvel (Samu)." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 184/2024, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA CLEICE JANE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 331/2023. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Fica declarada a Utilidade Pública Estadual a Associação Ponta-Poranense Esporte e Vida (Apev), com sede no município de Ponta Porã/MS." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.



Projeto de Lei nº 331/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 046/2024. Autor: deputado Caravina. "Inclui no Calendário de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Festa do Padroeiro São João Batista no Município de Bataguassu." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 046/2024, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, pela ordem, um segundinho, por gentileza.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para agradecer os votos dos colegas parlamentares, e mais uma vez convidar a todos para a grandiosa Festa do Padroeiro de Bataguassu, todos os sábados do mês de junho. A maior quermesse de Mato Grosso do Sul acontece na nossa querida Bataguassu. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 063/2024. Autor: Tribunal de Contas do Estado. Ofício nº 62/2024/GAB-PRES - "Revoga o artigo 7º da Lei nº 4.853, de 27 de abril de 2016, e acrescenta os artigos 19-D e 19-E à Lei n. 3.877, de 31 de março de 2010, que dispõe sobre a consolidação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Serviços Públicos, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Supressiva 01, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Supressiva 01, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 63/2024, de autoria Tribunal de Contas do Estado.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 092/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem/GABGOV/MS nº11/2024. "Altera a redação e acrescenta dispositivo ao artigo 8º, da Lei nº 6.170, de 20 de dezembro de 2023, nos termos que especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 092/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. O projeto (com acordo de lideranças) vai à segunda discussão. Item 6. Em discussão única e votação simbólica: 02 requerimentos, 24 indicações, 01 moção de apoio e 05 moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Aprovado o vosso requerimento, deputado João Henrique. Item 7. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento da senhora Patrícia Fabiana Abrego. Proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Rosângela Cardoso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao



Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Antes das considerações finais, gostaria de registrar, já que hoje muito se falou aqui, deputado Paulo Duarte, de incentivo fiscal, que Mato Grosso do Sul (o governador, o deputado Paulo Corrêa, representando esta Casa, e mais uma comitiva) far-se-á presente no MS Day International, que acontece durante toda a semana que vem. Amanhã vamos repassar aqui a agenda do governador, que está preenchidíssima, pelo número de bancos, de investidores que vão conversar com ele. Há hoje no estado mais de cem bilhões de investimento em curso, e eu tenho certeza que nosso governador trará de lá uma série de projetos, de investimentos para Mato Grosso do Sul. Quero também lembrar da reunião, amanhã, na Comissão da Previdência, às 13h30, na sala da presidência. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Deputado Caravina. Transferida. Deputado Zé Teixeira. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputado João Henrique... Vossa Excelência disporá de dez minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Creio, senhor presidente, que serão suficientes para subir a esta tribuna e rebater as falas do deputado Paulo Duarte, do deputado Caravina e do deputado Pedro Kemp. Parece que foi só eu me inscrever, e misteriosamente deu uma vontade em todo mundo de falar; é eu me inscrever e imediatamente brota em meus colegas o desejo de falar sobre temas aleatórios, de pouca ou nenhuma relevância, quando não de *fake news*. Pois bem, pedi para falar, já que fui citado, para desmentir os meus oponentes e restabelecer a verdade dos fatos. O deputado Paulo Duarte disse que eu usei a expressão *macacas de auditório* para me referir aos deputados que foram a um evento promovido pelo governo do estado, o que é mentira. Essa expressão *macacas de auditório* é do século XX, de um época em que eu nem era nascido, senhor presidente, e foi cunhada para designar aqueles que ficavam aplaudindo. Mas essa expressão deriva de outra mais antiga, *estar com a macaca*. Não converse com fulano que hoje ele está com a macaca... Mas no caso, deputado Paulo Duarte, em que pese eu não ter dito isso, talvez a expressão sirva para Vossa Excelência, pois, em lugar de *estar com a macaca*, Vossa Excelência *está com o governador*...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Assuma o que você falou, rapaz. Falou! Assuma o que falou!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O senhor vai ter o tempo de falar, o senhor pode me apartear...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos garantir a palavra ao orador, deputado Paulo Duarte, Vossa Excelência terá a oportunidade de se manifestar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ... dizer o que Vossa Excelência bem entender, o que achar pertinente. Nós temos microfones, nós temos câmeras, e estou afirmando que eu não disse isso. Estou dizendo que Vossa Excelência está com o governador, porque a sua fala está completamente fugaz, como um parlapatão que sobe aqui na tribuna para dizer que o Judiciário, sobre a matéria dos benefícios fiscais,



senhor presidente, disse que o procedimento adotado pelo governo está correto — quando é o inverso, deputado! É o inverso... Nós temos uma sentença que enfrentou o mérito a fundo e decidiu: está errado! O que o Tribunal de Justiça fez — não sei se falta vontade ou conhecimento a Vossa Excelência — foi suspender a sentença: em momento nenhum aquela corte disse isso que Vossa Excelência afirmou aqui na tribuna, que é certo: porque é errado! É errado. Viola a Lei de Responsabilidade Fiscal. Viola o artigo 165 da Constituição Federal. Viola o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Viola qualquer tipo de bom senso suprimir uma corte de contas, com documento oficial. Cinco bilhões de reais! Vinte por cento do orçamento do estado. Trinta por cento da arrecadação do maior imposto de arrecadação direta do estado, e escamotear isso tanto da corte de contas como da Assembleia, além do Tribunal de Justiça! Vossa Excelência insinua que este parlamentar é contra benefício fiscal. Onde?!... Jamais vai encontrar isso em fala minha! Esta é outra mentira, outra leviandade que Vossa Excelência me atribui. O que me entristece é saber que Vossa Excelência é um fiscal, um economista, e aqueles que me antecederam aqui, como o deputado Paulo Corrêa, engenheiro — o que me entristece é ver gente que respeita os números não querer utilizar na Assembleia Legislativa a operação mais básica da matemática, que é tirar a prova real, que é quando você faz a operação inversa (no caso, após a concessão do benefício, e ver se eles estão realmente empenhados, aplicados, se não há corrupção ali). Vossa Excelência diz que os benefícios são bons... Sim, talvez sejam, mas o que Vossa Excelência faz, não por estar com a macaca, mas por estar com o governador, é repetir copiosamente aquilo que o governador lhe fala, sem tirar a prova real, sem ter uma fonte de credibilidade de avaliação que prove a fala de Vossa Excelência! Vossa Excelência não tem como elencar aqui todas as empresas que recebem o benefício fiscal e dizer se elas estão realmente dando a contrapartida requerida em troca da renúncia outorgada pelo estado. Essa é a grande fala. Pena que o deputado Pedro Kemp não está aqui agora, que falou em favor de Vossa Excelência, porém esquecendo que hoje a rede social, os vídeos são gravados, e isto é bom, porque a memória não fica curta na rede social. O deputado Pedro Kemp propôs uma CPI para a JBS devolver um bilhão de reais de desvio de crédito de incentivo fiscal concedido... E na verdade, deputado Zé Teixeira, Vossa Excelência que tem uma experiência muito boa com os benefícios fiscais, saiba que eu sei de ouvir, porque nunca tive os números. Pois o deputado Zé Teixeira me disse que a JBS devolveu, devolve, continua pagando um acordo, por não haver atendido aos critérios dos Tares [*Termos de Acordo de Regime Especial*], das concessões de benefício fiscal no estado de Mato Grosso do Sul! Se esses cinco bilhões de renúncia estão sendo empregados adequadamente, na metodologia econômica que o governo estabeleceu — parabéns ao governo. Mas o que não pode é esta Casa Legislativa ficar refém daquilo que diz o governo, não porque estejamos com a macaca, mas por estarmos com o governador. Nós não podemos acreditar naquilo que diz o governador, quando a corte de contas informa ao Tribunal de Justiça, informa à Assembleia Legislativa, que "não tenho em absoluto conhecimento disso". Isso nunca lhe foi enviado, em violação às leis do estado, à Constituição do estado, à Constituição federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, esses elementos que servem para tirar a prova real da corrupção no estado de Mato Grosso do Sul; para tirar a prova real da aplicação da



política econômica que esta Casa escolheu entregar para o governador (quando aprova legislações, inclusive as de incentivo fiscal). Desafio qualquer colega meu aqui... Querem me calar? Não precisa subir à tribuna, não precisa suprimir meu tempo. Tragam as empresas! Tragam todas as empresas que receberam o benefício fiscal. O governo do estado está lutando no Tribunal de Justiça contra o artigo do Código Tributário Nacional que diz que todo mundo que recebe — tem que mostrar! Está aí o deputado vice-líder do governo brigando por transparência na fila de cirurgia, que é um tema importante, para levar para o Portal da Transparência se há alguma pessoa que passa na frente da outra... Ao mesmo tempo estamos vendo também um caminhão de cinco, vinte bilhões passar à frente — sem estar no Portal da Transparência! É simples, é simples: atenda ao meu pedido. Agora, o governo diz que as informações são sensíveis... Sensíveis para a Assembleia?!... Sensíveis para a corte de contas?!... Sensíveis para o Tribunal de Justiça?!... A projeção que o governador Eduardo Riedel estabeleceu para esses benefícios fiscais é de cinco, de seis (e no término do seu mandato, sete) bilhões. Há pouco disse que para ir a um evento preciso ser convidado. Se convidado, vou, e com a maior honra, governador Eduardo Riedel, com a maior honra, colegas parlamentares — desde que me seja concedido o direito ao contraditório e à ampla defesa, para eu defender a transparência no meu estado. Irei a qualquer evento em que o governador Eduardo Riedel queira mostrar as empresas que estão recebendo, devida ou indevidamente, esses incentivos, para defender aquilo que hoje os servidores do meu estado estão querendo: que talvez, se mexêssemos um pouquinho nesse pote, que já foi atacado publicamente pela corrupção, e certamente ainda está, nós poderíamos resolver a questão dos 14% dos aposentados, além de muitas outras questões no estado de Mato Grosso do Sul. Deixo o restante da minha fala, senhor presidente, para amanhã, para depois, para quem queira debater com a verdade dos elementos que trouxemos à tribuna desta Casa. Era o que tinha para falar nas minhas explicações pessoais. Gostaria que os colegas alinhados com o governo me possibilitassem trinta, quarenta, cinquenta minutos, uma hora de um debate verdadeiro, honesto e franco sobre essa matéria que é tão importante para quem não está nem com a macaca, nem com o governador do Estado. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, esta presidência, como de praxe, vai te garantir os tempos regimentais. Mesmo que nenhum deputado concorde com o que dizes, o direito de dizê-lo ser-te-á garantido por esta Mesa. Não havendo mais oradores inscritos nem mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão. Obrigado a todos (11h44min).